Políticas de Educação Infantil desafios e perspectivas

Jodete Bayer Gomes Fullgraf
jodete@ced.ufsc.br
Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas de Educação Infantil - GEPPEI
NDI - UFSC

Situação da Educação Infantil Brasileira

Invisíveis e Excluídas

Milhões de crianças caminham pela vida em situação de pobreza, abandono, sem acesso à educação, desnutridas, discriminadas, negligenciadas e vulneráveis. Para elas a vida é uma luta diária pela sobrevivência. Vivendo em centros urbanos ou em povoados rurais remotos, correm o risco de perder sua infância (...).

Situação Mundial da Infância 2006/UNICEF

- **Destacar os principais aspectos da política de educação infantil no Brasil, mais especificamente durante o período do Governo Lula, com base não só em resultados da pesquisa de doutorado (2003-2007), mas também, com base nos estudos e pesquisas a qual vimos realizando desde 2000. Tomamos como fontes para análise a legislação educacional vigente, assim como orientações, regulamentações e principais iniciativas do governo federal, assim como revisão bibliográfica da área.**

- ***No Brasil contemporâneo se expressa uma tensão entre as políticas e práticas de educação infantil, de um lado, um legislação avançada que reconhece direitos às crianças; de outro, um panorama de intensas desigualdades entre os segmentos sociais, dificultando na prática, o reconhecimento pleno de sua cidadania*** **(ROSEMBERG, 2010).**

- **Educação infantil - subsetor das políticas sociais e de assistência ao trabalhador, integrada às políticas sociais – campo de práticas e conhecimentos em construção;**
- **Políticas sociais como uma intervenção do poder público no sentido hierárquico de opções entre necessidades e interesses explicitados pelos diferentes segmentos que compõem a sociedade (Rosemberg, 2006);**

- A população de 0 a 6 anos atinge cerca de 19 milhões e 990 mil crianças – 10% (PNAD 2007 – UNICEF 2009);
- Nosso país apresenta grandes desigualdades regionais e de renda, portanto é preponderante verificar quem tem acesso a que tipo de atendimento educacional;
- Contexto social, político, cultural e econômico do país;

- As desigualdades sociais são medidas de duas maneiras - renda das pessoas e o acesso que as pessoas tem a escola, moradia, água, esgoto, transporte, hospital, dentista, etc. benefícios sociais;
- Brasil não é um país pobre, mas com imensa desigualdade na distribuição de renda;
- Cenário internacional - 8 economia (PIB), 70 IDH – 0,807 (IBGE 2008);
- A desigualdade é histórica e estrutural;
- No Brasil o acesso e a permanência dos mais pobres à escola (aí se inclui creche e pré-escola) sempre foram dificultados por uma ordem social excludente (300 anos de escravidão);
- De um modo geral as desigualdades econômicas no Brasil são avaliadas via distribuição de renda;

- **Nenhuma fonte oferece um quadro completo sobre o acompanhamento e avaliação da situação das crianças que residem no Brasil;**
- **As desigualdades sociais persistem no cenário brasileiro segundo vários estudos;**
- **2006 – 20,67 milhões de crianças de 0 a 6 anos, 50,5% viviam em domicílios cuja renda *per capita era inferior a* meio salário mínimo, famílias pobres (IBGE – 2007);**
- **2007 – 46,7% das mulheres trabalham fora de casa – aumento das famílias "chefiadas" por mulheres – 25,4% (IBGE – 2008);**
- **Os índices de pobreza são mais altos e mais intensos entre as crianças (mortalidade, nutrição, saneamento básico, educação), desigual distribuição de benefícios sociais;**
- **O acesso das crianças até 3 anos de idade as creches é marcado pela insuficiência e desigualdade de cobertura e por baixos padrões de qualidade (IPEA – 2007);**

O artigo 208 da Constituição de 1988, em seu inciso IV, explicita que: [...] o dever do Estado com a educação será efetivado [...] mediante garantia de atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a cinco anos. Esse dispositivo é reafirmado no ECA.

A LDBN – Lei nº 9.394/96 destaca no artigo 29 que (...) *a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade*.

DCNEI 2009 – Art. 5º. A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. Afirma e reafirma a função social, política e pedagógica da EI.

- **Estudos sobre a qualidade na educação infantil apontam avanços e retrocessos nesse nível educacional, velhas concepções, convivem e resistem às concepções mais generosas que presidiram as novas diretrizes legais, baseada numa visão da criança como sujeito de direitos, orientada pelos conhecimentos da psicologia e informada pelas noções de diversidade (Campos, Füllgraf e Wiggers, 2006);**

- A educação infantil ao longo de sua trajetória foi pauta de diversos debates e embates e, passou a ser vista como uma necessidade da sociedade contemporânea, caracterizando-se por um espaço de socialização, de ampliação de experiências, de desenvolvimento e aprendizagem além do acesso ao conhecimento e diferentes produções culturais.
- O atendimento educacional em creches e pré-escolas é direito da criança, dever do Estado e opção do pais.

Educação Infantil - Desigualdades e disparidades nos índices de atendimento

- 19 milhões e 900 mil crianças – taxa líquida 37,7 % (PNAD – 2008);
- Creches – 18,1% crianças atendidas (Censo 2006); Meta PNE para Creche – 30% até 2006; SC – 23, 4%
- Pré-Escola – 78,7% crianças atendidas (Censo 2006); Meta PNE para Pré-escola – 60% até 2006; SC – 73,3%
- 71,6% na rede pública e 10,7% na rede conveniada, sendo que 95% do atendimento está na esfera municipal (Censo 2005);

Características	Faixas etárias	
	3	4 e 5
Brasil	18,11	59,55
Regiões Norte	8,39	47,12
Nordeste	14,86	61,82
Sudeste	21,99	65,73
Sul	24,61	52,16
Centro-oeste	15,34	50,04
Negros (pretos e pardos)	15,50	56,72
Não-negros	20,53	62,57
Residência rural	6,84	42,66
urbana	20,52	63,37
Renda domiciliar per capita		
1º quintil	10,76	49,79
2º quintil	14,96	56,49
3º quintil	20,79	63,34
4º quintil	26,26	72,15
5º quintil	37,06	78,30

Rosemberg – 2010

Fragilidade do atendimento – 0 a 3 anos

- O acesso à creche é desigual;
- 9,7 % das crianças - 20% mais pobres freqüentam creche;
- As pesquisas apontam que o atendimento para crianças menores de 2 anos é quase insignificante em algumas regiões – pesquisa gestão - as crianças na creche tem 3 ou mais;
- 29,6 % das crianças com renda mais elevada freqüentam creches;

- **Os segmentos sociais que tem menor renda são também os que tem menor acesso aos benefícios das políticas públicas e menor participação política;**
- **Acesso desigual e permanência desigual;**
- **Entre os mais ricos, 40% colocam os filhos em creche. Os mais pobres menos de 10% - dar condições de acesso;**
- **Importantes avanços, consolidar avanços e reduzir desigualdades;**

- **Oferta e qualidade desigual;**
- **29,5% dos municípios não tem oferta creche pública;**
- **53,3% das crianças frequentam creches que não tem parque infantil;**
- **44,4% das crianças frequentam instituições de EI sem sanitários;**
- **14,4% professores sem magistério ou licenciatura(INEP – 2008);**

- **Professores com menor formação, sendo que em creche temos somente 37,2% com nível superior;**
- **Em muitos municípios não são considerados professores;**
- **Os conveniamentos ajudam a precarizar a oferta (UNDIME – 2010)**

Recursos do FUNDEB direcionados para que a Política de Educação infantil respeite os direitos fundamentais da criança pequena

- Os recursos do FUNDEB para a EI são usados para ampliação da oferta com equidade e melhoria da qualidade das creches e pré-escolas;
- Os planos nacional, estadual e municipal para EI explicitam metas, estratégias, cronograma, mecanismos e supervisão e avaliação;
- Creches e pré-escolas tem por objetivo educar e cuidar de crianças até 5 anos;
- O EF não está sendo usado por crianças com mais de 6 anos como alternativa a abertura de vagas na EI;
- Creches e pré-escolas são concebidos como um serviço público que atende a direitos da família e da criança;

- A política de EI reconhece ao princípio de igualdade de oportunidades para as idades, as classes sociais, os sexos, as raças e os credos;
- A política de EI reconhece que as crianças tem uma família;
- A política de EI é inclusiva;
- A política de EI prevê a gestão democrática dos equipamentos e a participação das famílias e da comunidade;
- A programação para as creches e as pré-escolas respeita e valoriza as características culturais da população atendida;
- A política de EI integra o planejamento municipal, estadual, regional e federal de ações mais gerais;
- A política de EI estimula a produção e o intercâmbio de conhecimentos sobre a EI e criança pequena;

- Os planos de expansão de creches e pré-escolas, em quantidade e localização, responde as necessidades das famílias e crianças;
- O plano para El prevê entre suas metas prioritárias a melhoria da qualidade do atendimento à criança;
- Os critérios para admissão de crianças são democráticos, inclusivos, transparentes e não discriminatórios;

- As pessoas que trabalham nas unidades respeitam o cronograma pré-estabelecido;
- Os critérios para estabelecimento e avaliação de convênios são transparentes e acessíveis ao público;
- As entidades conveniadas permitem acesso público aos equipamentos e acolhem a orientação dos órgãos responsáveis;
- O plano de educação contempla a integração entre EI e EF (Rosemberg, 2010)

- FUNDEB - Questão do Financiamento da Educação
- 2007 – pela primeira vez a EI disputou publicamente recursos – e também temos recursos partilhados pelo atendimento público e conveniado;
- Uma das decisões mais importantes da CONAE/PNE apontou para que o critério do financiamento da educação básica tivesse por base o custo aluno-qualidade – CAQi;
- Qual é o investimento necessário por criança ou por estudante para que o Brasil cumpra a legislação educacional e garanta condições para a ampliação do número de vagas e para a melhoria da qualidade da educação?
- Essa é a proposta do CAQi- 4% do PIB para 5% do PIB – PNE – 10%; EI modalidade menor percentual do PIB;
- Desigualdade de grande no gasto por aluno (municípios) e também no salário dos professores;

Desafios do atual contexto

- Acesso e expansão com qualidade – metas de expansão;
- Função da educação infantil – (atendimento noturno) - DCNEI;
- Financiamento - FUNDEB
- PNE - Plano Nacional de Educação (votação);
- Faixa etária – EF – EI (justiça), obrigatoriedade;
- Política Curricular – Expectativas de Aprendizagem
- Qual lugar da avaliação - sistemas de Avaliação - IDEB, Indicadores de qualidade, parâmetros, instrumentos;

Pesquisa gestão da EI em Santa Catarina

- **Instrumento de pesquisa – acesso (oferta) - proposta pedagógica, recursos humanos, gestão, financiamento;**
- **Roteiro de Observação;**
- **Curso de especialização em EI (MEC-UFSC) - Universo da pesquisa – 20 municípios;**
- **Dados – 270 alunos, 6 turmas , 1 turma 57 alunos – 34 trabalhos - Estudo exploratório;**
- **Estudo de caso; dados sobre o atendimento de 0 a 3 anos, dados sobre o financiamento;**

- **Construir uma escola democrática e de qualidade continua sendo o grande desafio daqueles que acreditam e lutam pela escola gratuita, obrigatória, laica e de qualidade para todos.**

Educação de qualidade é aquela que...

- **Leva as pessoas a serem sujeitos de direitos, de aprendizagem e de conhecimento;**
- **Faz com que as pessoas valorizem a diversidade humana;**
- **Permite a redescoberta do vínculo com a natureza;**
- **Nos faz aprender a construir a democracia;**

- **Reconhece as desigualdades sociais presentes na própria educação;**
- **Considera as especificidades, as necessidades, as potencialidades e os desafios de uma localidade;**
- **Está vinculada ao direito de acesso à educação;**
- **Se aprimora por meio da participação social e política;**
- **Implica políticas consistentes de avaliação;**
- **Exige investimentos de longo prazo; (Campanha, 2010).**